

Uso de indicadores na pesquisa em turismo¹

Afonso Getulio Zucarato²

Universidade Anhembi Morumbi

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo³

Universidade Anhembi Morumbi

Resumo

O advento da revolução industrial imprimiu um ritmo acelerado aos processos de industrialização e à urbanização, o que contribuiu para a degradação ambiental em diversas escalas, da local, mais facilmente perceptível, à global, cujas interferências antrópicas nos processos naturais ainda estão por ser mensuradas. O debate sobre a relação entre o turismo e o desenvolvimento sustentável e os potenciais impactos gerados por ele tem levado tanto o setor público como o privado a trabalhar no desenvolvimento de indicadores para o turismo, com o objetivo de monitorar e gerenciar esse impacto. Este trabalho consiste numa breve revisão bibliográfica sobre a importância da definição e do uso de indicadores na pesquisa do turismo que, apesar possuírem algumas limitações, são apontados como a estratégia mais eficiente de gestão pública para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Palavras-chave: Indicadores; Turismo; Turismo Sustentável.

Abstract

The advent of the industrial revolution boosted the rhythm of industrialization and urbanization processes, what contributed to the environmental degradation in different scales, from the local, easier to be identified, to the global, in which the anthropic interferences in the natural processes are still to be measured. The debate covering tourism, sustainable development and the potential impacts generated for it, has driven both the government and private sector to work in the creation of tourism indicators to follow up and manage such impact. This material aims to be a brief bibliographical revision about the importance of having definitions and indicators used in tourism's

¹ Trabalho apresentado ao GT 14 - "Epistemologia e Pesquisa" do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 7 e 8 de julho de 2006.

² Mestrando em Hospitalidade, Especialista em Engenharia Econômica (Mackenzie). Endereço eletrônico: azucarato@nortwest.com.br

³ Doutor e Mestre em Geografia Física (FFLCH/USP). Professor do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi-Morumbi Responsável pela disciplina: Planejamento e Gestão Ambiental e a Hospitalidade do Lugar Turístico. Endereço eletrônico: davis@anhembi.com.br

research. In spite of having limited scope, both are pointed as the most efficient strategies to be used by the government while managing the development of the sustainable tourism.

Key words: *Indicators; Tourism; Sustainable Tourism.*

Introdução

O advento da revolução industrial imprimiu um ritmo acelerado aos processos de industrialização e à urbanização, o que contribuiu de forma significativa para a degradação ambiental em diversas escalas, desde a local, mais facilmente perceptível, à global, cujas interferências antrópicas nos processos naturais ainda estão por ser mensuradas.

O final do século XX marca a crítica e o questionamento sobre os conceitos clássicos de desenvolvimento focado em aspectos econômicos; preocupações sobre a relação do meio ambiente com a economia provocaram o debate sobre o significado do desenvolvimento sustentável, inclusive na atividade turística. Durante esse período, a correlação entre o turismo e o meio ambiente ganha maior destaque nas agendas de governos e da sociedade como um todo, pois intuía-se que o turismo seria uma indústria poderosa e limpa.

As preocupações em compatibilizar o crescimento econômico e o uso dos recursos naturais e a melhoria das condições de vida das populações, transcenderam o discurso ambientalista para compromissos internacionais. O debate sobre a relação entre turismo e desenvolvimento sustentável, segundo Swarbrook (2000, p.11-12), começam no mesmo período em que o turismo de massa se torna um fenômeno inquestionável – na década de 1960.

Na década de 1970, o reconhecimento dos potenciais impactos negativos gerados pela explosão do turismo de massa leva os setores público e privado ligados ao turismo a tomar iniciativas visando esse gerenciamento. Em diversos setores da economia, a segmentação do mercado tornou-se uma ferramenta indispensável segundo

Kotler (1992), Bonoma&Shapiro (1983), Dickson&Ginter (1987), Cobra (1991), Yankelovich (1964), entre outros. Paralelamente ao crescimento sobre debates sobre a crise ambiental mundial surgiram novos conceitos e o mercado segmenta-se com designações próprias como turismo verde e ecoturismo, que são introduzidos como alternativas ao convencional e possuem em comum a marca da natureza como valor agregado a um produto. Em alguns casos, conceitos conservacionistas estão considerados; em outros, a presença da natureza é uma mera mercadoria. A crítica ao conceito do turismo alternativo feita por Bertonciello (1998) cujo argumento é baseado nos possíveis impactos que o ecoturismo pode causar em áreas com pouca infra-estrutura, comparativamente com destinos de turismo de massa já tradicionais e com maior infra-estrutura.

Dada a importância que o turismo passou a ter para muitas localidades e com frequência se tornando a principal atividade econômica, a Organização Mundial do Turismo – OMT reconheceu a necessidade de desenvolver estratégias para que ele satisfizesse não só as expectativas econômicas, mas também respeitasse os valores sociais, culturais, políticos, econômicos e ambientais, tornando-se uma atividade sustentável a longo prazo.

Tais preocupações foram expressas na Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial⁴ e inspiraram o item 5 da Carta do Turismo e o Código do Turista⁵:

O crescimento com preocupações ambientais, bem como a definição do conceito de desenvolvimento sustentável levou a OMT, em 1995, a formular sete princípios com a finalidade de nortear o funcionamento dos negócios do turismo sustentável⁶ e suas relações como o entorno. Tais princípios podem ser resumidos na própria conceituação da sustentabilidade do turismo definida pela organização, revisada em 2004:

⁴ Assinada em 1980 por 107 países, seus 25 pontos expressam a importância do turismo e a responsabilidade das nações pelo seu desenvolvimento responsável nas sociedades modernas.

⁵ Conhecido como Declaração de Sófia, Bulgária (1985), destaca a importância do turismo na vida das pessoas, nas sociedades e seus efeitos em todas as áreas, conclama as nações para ampliar a cooperação e define as responsabilidades do Estado no seu desenvolvimento, especialmente no fomento da consciência turística entre os povos e na proteção e valorização de forma a contribuir na instauração de uma nova ordem econômica internacional, em que os recursos turísticos são patrimônio da humanidade.

⁶ (i) respeitar a legislação vigente; (ii) garantir os direitos das populações locais; (iii) conservar o ambiente natural e sua biodiversidade; (iv) considerar o patrimônio cultural e valores locais; (v) estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos; (vi) garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes; (vii) estabelecer o planejamento e a gestão de responsáveis.

As diretrizes para o desenvolvimento do turismo sustentável e as práticas de gestão ambiental são aplicáveis a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massa e seus diversos segmentos. Os princípios de sustentabilidade se referem aos aspectos ambientais, econômicos e socioculturais, devendo estabelecer um equilíbrio adequado entre as três dimensões para garantir sua sustentabilidade no longo prazo (WTO, 2004).

Em 1996, *World Travel & Tourism Council*, *World Tourism Organization* e *Earth Council* tendo como referencia a reunião ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro, a Rio 92, lançam a Agenda 21 para viagens e turismo no que concerne ao desenvolvimento ambientalmente sustentável. A agenda do turismo sustentável reconhece que as ações e políticas para o turismo precisam contemplar duas vertentes: (i) minimizar os impactos negativos gerados pelo turismo na sociedade e no meio ambiente e (ii) maximizar o potencial turístico criando e contribuindo para a economia local, conservação dos recursos naturais e socioculturais e promover melhor qualidade de vida para as populações locais e os visitantes.

A agenda traz uma lista das ações e recomendações envolvendo governos, *trades* e operadores, com o intuito de estabelecer sistemas e procedimentos que incorporem os pilares da sustentabilidade no processo de tomada de decisões para que a atividade turística continue existindo no longo prazo e assegurando as condições corretas para tanto e ainda que à sociedade e ao meio ambiente uma forma sustentável para absorver os impactos e os benefícios gerados pelo turismo.

Para balizar as condutas dos diversos atores nesse processo a OMT, em 2001, publica o “Código Mundial de Ética do Turismo”, que já nos seus primeiros nove artigos define essas responsabilidades⁷.

O setor do turismo vem crescendo de forma expressiva nos últimos anos, representando cerca de 10% do PIB mundial e uma das atividades que mais geram empregos no planeta, sendo que os indicadores apontam para a sua continuidade,

⁷ (art. 1) contribuição do turismo para o entendimento e respeito mútuo entre homens e sociedades; (art 2) o turismo, instrumento de desenvolvimento pessoal e coletivo; (art.3) o turismo, fator de desenvolvimento sustentável; (art.4) o turismo, fator de aproveitamento e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade; (art.5) o turismo, atividade benéfica para os países e as comunidades de destino; (art. 6) obrigações dos agentes do desenvolvimento turístico; (art.7) direito do turismo; (art.8) liberdade para deslocamento turístico; (art.9) direitos dos trabalhadores e dos empresários do setor turístico.

segundo o relatório da OMT (*WTO's Tourism 2020 Vision*)⁸. Assim, gerenciar os efeitos do turismo sobre os destinos, comunidades e mais especificamente sobre o futuro e ecossistemas, regiões e nações passou a ser de fundamental importância. Desta forma, desde a conferência Rio 92, pesquisadores de diferentes países, segundo a Unep (2005), vêm trabalhando no desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o turismo com o objetivo de gerenciar tais necessidades.

Nos últimos anos, diversas iniciativas, tanto públicas como privadas, foram propostas com o intuito de promover práticas sustentáveis, que foram traduzidos por: códigos de conduta de organismos internacionais; de associações de classe; de empresa; *benchmarks*; programas de boas práticas; programas de certificação e *ecolabel*; uso de indicadores etc.

O objetivo deste trabalho é fazer uma revisão bibliográfica do estado da arte dos indicadores empregados na atualidade e sua importância na pesquisa da sustentabilidade ambiental e do turismo.

2. Por que os indicadores são importantes?

2.1. O que são indicadores?

Segundo a OTT (1978), um indicador é um meio encontrado para reduzir uma ampla quantidade de dados a uma forma mais simples de informação, retendo o significado essencial do que está sendo perguntado.

Já a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 1993) define indicadores como: “...valor calculado a partir de parâmetros, dando indicações ou descrevendo o estado de um fenômeno do meio ambiente ou de uma zona geográfica, que tenha alcance superior à informação diretamente dada pelo valor do parâmetro”

⁸ O número de chegadas internacionais passou de 25 milhões em 1950 para 808 milhões em 2005. A OMT prevê uma taxa de crescimento média anual da ordem de 4,1%; isso significa que em 2020, serão 1,56 bilhão de turistas. WTO. *Tourism Vision 2020*. Disponível em: <http://www.world-tourism.org/facts/wtb.html>

Sua importância reside no fato de que pelo seu uso é possível o monitoramento das mudanças durante o tempo todo, de forma constante e consistente. Ele contribui para deixar os objetivos mais claros e precisos e pode ser muito valioso para promover responsabilidade, aumentar a consciência e dar suporte às ações. As funções básicas dos indicadores são: simplificação, quantificação e comunicação.

Diferentes indicadores têm sido formulados nas mais diversas áreas de interesse humano para qualificar e/ou quantificar uma situação, tais como na saúde (índices de natalidade e de mortalidade), na educação (índices de repetência e de analfabetismo), na economia (renda per capita), na sociologia (índice de desenvolvimento humano) e no meio ambiente (qualidade do ar). Apesar de não espelhar a qualidade dos temas em sua totalidade, os indicadores servem indiretamente de referência para abordá-los e tratá-los em seus aspectos mais relevantes.

Segundo Caldas (199?), na elaboração de qualquer indicador é importante observar parâmetros, tais como:

- Comparabilidade – para permitir sua comparação temporal e espacial;
- Disponibilidade da informação – as bases de dados devem ser acessíveis e, de preferência, constituir séries históricas, para permitir a comparação entre fatores, evolução no tempo e desempenho;
- Normalizados – os resultados dos indicadores devem ser traduzidos para uma escala adimensional. Esse procedimento permite uma mescla entre diferentes indicadores;
- Quantificáveis – devem ser traduzidos em números, sem o demérito da análise qualitativa. Aliás, os indicadores quantitativos devem facilitar uma análise qualitativa do desempenho da gestão;
- Simplicidade – devem ser de fácil compreensão. Deve-se observar, entretanto, que os indicadores são tentativas até pretensiosas de retratar ou expressar de maneira muito sintética determinados fenômenos e processos complexos.

Em função dos compromissos internacionais, voltados à sustentabilidade ambiental, criados a partir dos anos 1990, diversos indicadores foram desenvolvidos visando a

fornecer subsídios para a tomada de decisão de governos, empresas e a sociedade em geral. Tais indicadores podem ser de âmbito global, regional ou específico. A seguir serão apresentados alguns desses indicadores:

2.2. Âmbito dos indicadores

2.2.1. Indicadores globais: trazem informações a respeito de parâmetros mais abrangentes do planeta. A Comissão para o Desenvolvimento Sustentável, da ONU, possui uma lista com diversos indicadores para que os países membros escolham os índices que mais se adaptem às suas necessidades. De acordo com Boog&Bizzo (2003 apud WRI 1995), esses indicadores globais foram classificados em indicadores de impulso (indicadores de atividades, processos e padrões humanos que impactam o desenvolvimento sustentável), indicadores de estado (indicam a situação do desenvolvimento sustentável) e indicadores de reação ou de resposta (indicadores das atuações e opções humanas que visam alcançar o desenvolvimento sustentável).

A seguir são descritos alguns indicadores atualmente utilizados:

- *Ecological footprint*⁹: faz um teste com uma estimativa da quantidade de recursos necessária para produzir bens e serviços por uma pessoa ou um grupo delas e os resíduos que produz. É um conceito estatístico, mas sua utilidade tem sido muito mais didática em temas de conscientização que técnica.
- *EcoIndex*¹⁰: é um banco de dados em que se pode buscar informações sobre projetos de conservação, seus objetivos, metas atingidas, melhores práticas etc., nas regiões do México e América Central.
- *Earthcheck*¹¹: é um sistema de indicadores que permite a utilização num amplo espectro de indústrias. Usa com sistemática o *Benchmark Performance* e permite à organização demonstrar quantitativamente seus resultados em termos

⁹ Maiores informações e o simulador para o cálculo estão disponíveis em <http://www.earthday.net/footprint/info.asp>

¹⁰ Maiores informações estão disponíveis em: <http://www.eco-index.org/>

¹¹ Maiores informações estão disponíveis em <http://www.earthcheck.org/>

ambiental, social e econômico. O programa de certificação *Green Globe21* usa essa metodologia em suas certificações.

- *International Institute for Sustainable Development*¹²: busca fornecer uma base de informações, visando uma integração do desenvolvimento sustentável com os diversos atores. Há um software chamado *Dashboard of Sustainability*, que pode ser baixado gratuitamente, com mais de 60 indicadores de mais de 200 países disponíveis que permite: comparações entre países com distribuição e mapas; comparações com grupo de países; análise acoplada e plotagem da dispersão; evolução de performance com indicador individual e índices agregados; funções multilíngües; conectividade com a internet etc. Todas as informações estão alinhadas com os objetivos do milênio.

2.2.2 Indicadores regionais: oferecem dados e informações mais focadas a respeito das condições de uma determinada área geográfica, são encontrados sob diferentes referências continentais, nacionais ou, ainda, segmentados por área político-administrativa ou por área de interesse. Ainda de acordo com Boog&Bizzo (2003), esses indicadores usam o mesmo modelo “*PSR – Pressure, State, Response*” (pressão, estado, resposta), da mesma forma que os indicadores globais.

- Indicadores de Pressão - caracterizam as pressões sobre os sistemas ambientais e podem ser traduzidos por indicador de emissão de contaminantes, eficiência tecnológica, intervenção no território e de impacto ambiental;
- Indicadores de Estado - refletem a qualidade do ambiente num dado horizonte espaço/tempo, por exemplo: os indicadores de sensibilidade, risco e qualidade ambiental;
- Indicadores de Resposta - avaliam as respostas da sociedade às alterações e preocupações ambientais, bem como à adesão a programas e/ou à implementação de medidas em prol do ambiente; podem ser incluídos neste

¹² Maiores informações estão disponíveis em: <http://www.iisd.org/cgsdi/dashboard.asp>

grupo os indicadores de adesão social, de sensibilização e de atividades de grupos sociais importantes.

A seguir são descritos alguns exemplos de indicadores regionais:

- Indicadores Desenvolvimento Sustentável – IBGE – publicados em 2004, reúnem um conjunto de 59 indicadores subdivididos, nas quatro dimensões: Ambiental, Social, Econômica e Institucional.
- Indicadores de Desempenho Ambiental da Indústria – foram produzidos pela Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com o objetivo de fornecer a integração dos princípios da sustentabilidade, por meio de procedimentos de conservação e controle, aos critérios de desempenho de uma organização produtiva. Tem como referência a norma ISO 14031.
- Cetesb – Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental de São Paulo – além de ser responsável pelo licenciamento ambiental do estado, faz o monitoramento permanente da qualidade do ar, água, praias, rios, reservatórios e áreas contaminadas. Produz estudos pontuais para a indústria sobre indicadores de consumo de água, energia etc.

2.2.3. Indicadores específicos: oferecem dados e informações específicas sobre determinado tema, sendo produzidos por institutos de pesquisas como Embrapa, Emater e Ibama, entre outros. A metodologia empregada para sua construção depende do tema a ser estudado e das variáveis a serem analisadas. Abaixo alguns exemplos já realizados:

- Indicadores de sustentabilidade urbana¹³;
- Indicadores de sustentabilidade para agrossistemas¹⁴;
- Indicador de sustentabilidade dos recursos naturais¹⁵: florestas, solo, água etc.

¹³ Artigo sobre o tema disponível em: [http://www.anppas.org.br/gt/sustentabilidade_cidades/ Braga%20-%20Freitas%20-%20Duarte.pdf](http://www.anppas.org.br/gt/sustentabilidade_cidades/Braga%20-%20Freitas%20-%20Duarte.pdf)

¹⁴ Artigo sobre o tema disponível em: <http://atlas.sct.embrapa.br/pdf/cct/v17/cc17n102.pdf>.

¹⁵ Informações disponíveis no relatório do IBGE IDS 2004

3. Indicadores para o desenvolvimento sustentável do turismo

Desde a conferência Rio 92, pesquisadores de diferentes países, segundo a Unep (2005), vêm trabalhando no desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade para o turismo com o objetivo de oferecer aos destinos ou regiões um conjunto de informações tangíveis, visando o diagnóstico da situação presente e contribuir para o planejamento e gerenciamento das atividades que afetam as condições do território, comunidades receptoras e, de maneira mais ampla, os ecossistemas do seu entorno, com o objetivo de que o negócio do turismo continue viável no longo prazo.

Construir um conjunto de indicadores para o turismo não é uma tarefa fácil. As principais dificuldades encontradas para sua consecução, segundo Brasil Jr. (2002), são: (i) escala espacial ante problemas globais, regionais e locais; (ii) abordagem integrada: econômica, social e ambiental; (iii) mensuração da sustentabilidade: por ser um conceito amplo e complexo, sua mensuração envolve diferentes escalas de sustentabilidade de territórios a empreendimentos; (iv) seu caráter relativo: uma escolha pode ser mais sustentável que outra; (v) o conflito de interesses que envolvem a intrincada rede de relacionamentos dos mais de 52 setores que compõem a sua cadeia econômica, pois além de governo e iniciativa privada é necessário atender uma ampla gama de necessidades e expectativas dos diferentes atores sociais, que são enumerados por Salvati (2004, p.35):

- Governo local almeja:
 - Gerar desenvolvimento econômico e social
 - Projetar o município como destino turístico
 - Incrementar a arrecadação e a circulação de renda
- Setor privado procura:
 - Oportunidade econômica
 - Recursos humanos capacitados
 - Infra-estrutura, facilidades e acessos
 - Atrativos em quantidade e qualidade
- Patrimônio natural e cultural necessita de:

- Proteção e recuperação
- Conscientização e valorização
- Comunidade busca
 - Saúde, trabalho, educação e saneamento
 - Respeito aos seus direitos e suas tradições
 - Participar das tomadas de decisões
- Turista deseja
 - Preço, conforto e segurança
 - Qualidade nos serviços e na experiência da visitação.

Em seguida (*op.cit.* p. 187-188) é apresentado um conjunto de indicadores (gestão, econômicos, sociais e ambientais) para o gerenciamento da gestão de políticas e de sustentabilidade do turismo, indicadores que devem ser ajustados à realidade de cada localidade

A WTO – *World Tourism Organization* também publicou em 2004 o guia *WTO Guidebook on Indicators of Sustainable Development for Tourism Destinations* contendo mais de 300 indicadores, abrangendo as áreas social, econômica, cultural e ambiental, que pode auxiliar na tomada de decisão em todos os níveis de planejamento e gerenciamento do turismo. Para muitos esses indicadores podem ser considerados um importante banco de dados, mas com informações por vezes pouco consistentes. Entretanto, eles poderão ser de grande ajuda no processo de seleção e na fundamentação de outras referências que forem mais pertinentes para determinados destinos, podendo funcionar com um balizador para construção de indicadores específicos.

Os dados do relatório são mostrados de forma quantitativa (por números absolutos, percentuais e relações com outras variáveis) e qualitativa (por índice por categoria – nível de proteção do destino; indicadores normativos – existência de planejamento para o desenvolvimento do turismo em seus diferentes níveis; indicadores nominais – informam a existência de normas de certificação do destino; indicadores de opinião – grau de satisfação do turista e da população local). Os são indicadores ainda segmentados em:

- Níveis: nacional, regional, destinos específicos, áreas de interesse para turistas, (exemplo: áreas protegidas, praias, locais históricos e áreas de interesses especiais) empresas turísticas (operadores, cadeias hoteleiras, transportadores e fornecedores) e estabelecimentos individuais (hotéis, restaurantes, marianas etc).
- Tipos: advertência; estresse; estado atual do setor; mensuram os impactos com o desenvolvimento do turismo; esforços usados no gerenciamento e resultados efetivos.

3.2. Por que usar indicadores na pesquisa do turismo?

Porque por meio deles é possível o monitoramento das mudanças ocorridas em um determinado destino ou território durante o tempo todo, de forma constante e consistente (Unep 2005). Eles são úteis para mensurar diversos aspectos das atividades turísticas de uma localidade, região ou país, como por exemplo: (i) atual estágio do setor – índice de ocupação, sazonalidade, grau de satisfação etc.; (ii) estresse do sistema; (iii) impactos gerados pelo turismo; (iv) nível de proteção do destino; (v) esforços na conservação; (vi) resultados das ações de conservação.

Os indicadores de sustentabilidade para o turismo poderão ser utilizados por diversos grupos: planejadores públicos e privados, cientistas, ambientalistas, cadeias produtivas, usuários etc., mas a complexidade da informação resultante desses indicadores irá variar de intensidade de acordo com as necessidades de cada público-alvo.

3.2.1. Limitação dos indicadores

De maneira geral, o que se deseja de um indicador é que ele traduza fielmente a situação que se pretende aferir ou monitorar. Ele tem o objetivo bastante simples de informar claramente a situação num determinado momento, de um processo ou situação, permitindo que a tomada de decisão seja baseada em um parâmetro fidedigno. Para que

isso aconteça é fundamental que a coleta dos dados e sua elaboração sejam realizadas da maneira mais correta possível.

Contudo, apesar de os indicadores ajudarem a dar foco em elementos-chave e apontar as tendências, eles possuem limitações, tais como:

- Por serem o resultado da simplificação de informações nem sempre permitem expressar todas as relações acerca de um determinado fenômeno e suas relações subjacentes.
- Em muitos casos, as informações para o indicador ideal não estão disponíveis ou são de difícil acesso. Busca-se então uma informação correlata, assim o indicador pode ser pouco representativo em relação ao parâmetro que se deseja;
- Muitos indicadores são muito sensíveis no curto prazo às mudanças ambientais, sendo sujeitos a variações de um período para outro por razões naturais. Nesse caso é necessário ter-se uma série histórica consistente para a definição de tendências;
 - Indicadores relativos a áreas que possuem informações mais fáceis de ser quantificadas podem ser indevidamente usados como referência em estatísticas de outras regiões.
 - Possibilitam diferentes significados e interpretações.

Visando minimizar os efeitos dessas limitações Clinford (1995) recomenda que na construção dos indicadores turísticos sejam seguidos os seguintes passos:

- Definir os atributos do destino sob a perspectiva do turista
- Identificar os atuais aspectos ambientais relevantes
- Selecionar os indicadores que serão usados. Visando auxiliar nessa seleção a Unep (2005 p. 73) sugere cinco critérios: (i) relevância; (ii) disponibilidade de obtenção e facilidade de análise; possibilidade; (iii) credibilidade e confiança do dado; (iv) clareza e fácil entendimento pelos usuários e (v) comparável ao longo do tempo e pelas áreas

- Determinar a fonte para coleta de dados: as agências internacionais têm pressionado para o usar dados de fontes governamentais que são as responsáveis pelo acompanhamento dos impactos ambientais
- Analisar os dados selecionados, assegurando que as informações coletadas produzam um indicador consistente e confiável e seus resultados possam ser validados objetivamente e acompanhado no tempo.
- Avaliar os resultados – é útil também identificar algum *benchmark* relevante com o qual o indicador possa ser comparado. Isso poderá ajudar para avaliar potenciais riscos.
- Revisar com os atributos do destino – durante a elaboração dos indicadores é provável que apareçam tendências ou ameaças ambientais que serão fundamentais para o gerenciamento do destino
- Verificar a necessidade de indicadores para locais específicos – certos indicadores são mais aplicáveis a determinados destinos que para outros. Desta forma os indicadores poderão variar, de acordo com a relevância e as especificidades dos locais.

4. Considerações finais

Apesar de o estabelecimento de metodologia de construção de indicadores para o turismo ser bastante complexo, eles são de fundamental importância como instrumento de pesquisa, planejamento e de monitoramento dos avanços conquistados ou dos problemas ainda não resolvidos de um destino ou território.

A formalização de critérios globais para os indicadores do turismo sustentável vem contribuindo com diversas localidades na definição de seus modelos, sendo que o uso de um conjunto de indicadores - ambientais, econômicos e socioculturais – associado a uma gestão participativa do turismo vem sendo apontado como a estratégia mais eficiente de gestão pública para o desenvolvimento do turismo sustentável dessas regiões.

Referências bibliográficas

BERTONCIELLO, Rodolfo - Turismo alternativo en Argentina: ¿una nueva forma de consumo del patrimonio natural? In: *Revista Uruguaya de Geografía GEOURUGUAI* N° 1, setembro de 1998. p. 117:132.

BOOG, Emilio Gruneberg & BIZZO, Waldir Antonio. Utilização de indicadores ambientais como instrumento para gestão de desempenho ambiental em empresas certificadas com a ISO 14001. 2003. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais10/gestaoambiental/arq02.PDF>. Acesso em: 20 set. 2005.

BONOMA, Thomas ; SHAPIRO S. *Industrial marketing segmentation*. Massachussets: Lexington Books, 1983.

BRASIL JR, Antonio C.P. Fundamentos para o desenvolvimento sustentável. 2002. Disponível em: <http://www.transportes.gov.br/CPMA/FundDesenSust090902.pdf>. Acesso em: 20 set. 2005.

CALDAS, Eduardo de Lima. Indicadores Municipais de Arrecadação. Disponível em: <http://federativo.bndes.gov.br/dicas/F24%20-%20Indicadores.htm>. Acesso em: 20 mar. 2006.

CLIFFORD Gordon. What tourism managers need to know. Paper based on a practical guide to the development and use of indicator of sustainable tourism. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/ilhas/indicators.doc>. Acesso em: 20 mar. 2006

COBRA, Marcos. *Plano estratégico de marketing*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

DICKSON, Peter R. ; GINTER, James L. Marketing segmentation, product differentiation and marketing strategy, *Journal of Marketing*, vol. 51, April 1987, p. 1-10.

KOTLER, Philip. *Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992

OCDE. *Core set of indicators for environmental performance reviews*: a synthesis report by the group on the state environment. Paris: OCDE, 1993.

OTT, W. *Environment indices: theory and practice*. Michigan: Arnn Arbor, 1978.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). La calidad del turismo: un marco conceptual. Disponível em: www.world-tourism.org/quality/S/main.htm. Acesso em: 27 ago. 2005.

_____. Desarrollo Turístico Sostenible. Disponível em: <www.world-tourism.org/espanol/frameset/frame_sustainable.html>. Acesso em: 27 ago. 2005.

_____. Código Mundial de Ética do Turismo. Disponível em: <http://www.world-tourism.org/code_ethics/pdf/languages/Brazil.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2005.

SALVATI, Sergio Calazans (Org). *Turismo Responsável*. Manual para políticas públicas. Brasília: WWF Brasil, 2004.

SWARBROOKE, J. *Turismo sustentável: conceitos e impactos ambientais*, vol.1; (tradução Margarete Dias Pulido). São Paulo: Aleph, 2000.

The Cocoyoc Declaration. Disponível em: <<http://www.southcentre.org/publications/conundrum/annex3.pdf>> UNEP/UNCTAD. >. Acesso em: 20 jul. 2005.

The Cocoyoc Declaration (1974). Disponível em: <www.southcentre.org/publications/conundrum/annex3.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2005.

UNEP/WTO. Making Tourism More Sustainable. A Guide for Policy maker. 2005. Disponível em: <<http://www.uneptie.org/pc/tourism/library/A%20Guide%20for%20Policy%20Makers.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2005.

WTTC - World Travel & Tourism Council. AGENDA 21 for the Travel & Tourism Industry Towards Environmentally Sustainable Development. Disponível em: <<http://www.wttc.org/promote/agenda21.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2005

YANKELOVICH, Daniel. *New criteria for market segmentation*. Harvard Business Review, March, 1964.